

Informa

Notícias e Atualidades sobre Comércio Exterior

SINDICOMIS/ACTC MOBILIZA CATEGORIA PARA PARTICIPAR DE AUDIÊNCIA PÚBLICAS



Reunião do Comitê Técnico de Comércio Exterior e Fiscal do SINDICOMIS/ ACTC teve ampla discussão sobre maior participação dos associados às demandas da categoria.

Luiz Ramos, Presidente do SINDICOMIS/ ACTC e Coordenador do Comitê Técnico das Entidades, na reunião realizada em 17 de julho, reiterou a necessidade de maior

participação de associados e filiados nas discussões sobre o setor de comércio exterior nas diversas instâncias com autoridades e outras entidades empresariais.

Luiz Ramos posicionou os presentes sobre a ação coletiva movida pelo SINDICOMIS/ACTC contra a incidência de Contribuições Previdenciárias em férias, aviso prévio e em outras verbas rescisórias, que obteve sentença favorável. O presidente mostrou muito entusiasmo com o resultado da ação, que resultou inclusive em devolução de valores pagos nos últimos 5 anos.

As entidades agora preparam uma cartilha, elaborada por uma assessoria contábil contratada, para orientar aos associados e filiados que aderiram à ação como devem proceder para que possam se beneficiar da decisão, conforme explicou Oswaldo de Castro, Assessor Jurídico do SINDICOMIS/ ACTC.

Oswaldo de Castro comentou também, sobre a decisão do TRF3, que abrange SP e MS, publicada em 29 de junho, sobre a legalidade das multas por não cumprimento às obrigações devidas ao Siscoserv. Em primeira instância, as multas foram consideradas ilegais, mas a decisão do TRF3 revoga a anterior. Para Castro, o assunto ainda não se esgotou porque, em tese, as obrigações ao Siscoserv não são tributárias, mas sim aduaneiras, o que permite novas interpretações e discussões.

Oswaldo de Castro comentou também, sobre o Programa de Especial de Regularização Tributária, PERT, criado pela Instrução Normativa nº 1711 de 16/06/2017. Castro explicou

I n f o r m a

Notícias e Atualidades sobre Comércio Exterior

detalhadamente os limites financeiros, alíquotas e procedimentos, entretanto esses valores ainda podem ser alterados.

O SINDICOMIS/ ACTC solicitou que os associados enviem sugestões sobre as consultas públicas que estão aguardando definição sobre as principais demandas das empresas do setor. Somente nos últimos 10 dias, de acordo com Dr. Aguinaldo Rodrigues, Diretor Executivo do SINDICOMIS/ ACTC, a Receita



Federal abriu 4 consultas públicas sobre procedimentos aduaneiros, tais como: novos aspectos da IN 680, ressaltando a possibilidade do desembaraço sobre águas; a nova DE web, que vai funcionar em paralelo com o Portal Único de Exportação; a criação do lacre eletrônico para o Siscomex Trânsito e a criação do Conhecimento Eletrônico Rodoviário.

Aguinaldo Rodrigues e Oswaldo de Castro falaram sobre a exigência dos agentes de carga e despachantes aduaneiros assinarem termos de responsabilidade como devedores solidários com os armadores e agentes de navegação. O assunto começou a ser discutido em conjunto pelo SINDICOMIS/ ACTC e pelo Sindicato dos Despachantes de Santos na reunião da Câmara Setorial dos Agentes de Carga. Dessa união entre as entidades deve surgir uma decisão sobre o assunto.

Fonte: Assessoria de Imprensa do SINDICOMIS/ ACTC.